

# 2

## CAPÍTULO

# A HISTÓRIA DA GRAMÁTICA NO BRASIL: DO NORMATIVO AO CIENTÍFICO

*Eduardo Guimarães*  
DL-IEL/Labeurb/Unicamp

## 2.1 INTRODUÇÃO

Faz parte dos debates das ciências humanas e sociais hoje a questão da diversidade linguística, da diversidade histórica e social. Esses debates costumam se colocar como parte do debate sobre as minorias. Eles, no entanto, poucas vezes fazem incidir na discussão seu aspecto efetivamente político. Inclusive porque a dimensão política é, em geral, tomada no sentido de controle ou denúncia. Ou seja, a discussão se dá a partir de posições que, de fato, negam o político, fazendo-o se apresentar como aquilo que Rancière chama de o *arquipolítico* ou o *metapolítico*.

Pensando em contribuir com alguns elementos para a melhor qualificação deste debate, notadamente nas ciências da linguagem, vou me ocupar de uma conjuntura não atual.

Tomando como ponto de partida o momento da colocação em curso da gramatização da língua portuguesa no Brasil, no século XIX, e considerando que já em 1907 podemos reconhecer que os gramáticos brasileiros já se “veem” numa história brasileira, vamos tomar um momento particular nesta história na década de 1920. Minhas análises se darão fundamentalmente sobre três obras: a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de Sai Ali (1924); *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922); e *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920).

De certo modo, julgo que este momento é decisivo na constituição teórica que abre o lugar de um tratamento propriamente linguístico da língua e em como isso se projeta no futuro. Vamos analisar esses textos tomando como ponto de articulação o trabalho de Said Ali. O que nos interessa destes textos é o que de seu acontecimento de enunciação (uma temporalidade específica) se articula à temporalidade do acontecimento dos outros textos. A projeção destas temporalidades umas sobre as outras constitui para nós uma conjuntura configurada pela relação dos trabalhos de Said Ali, Antenor Nascentes e Amadeu Amaral. A análise dessa conjuntura permite observar projeções que ela nos fornece.

Para estas análises vou me deter no modo como estes autores apresentam seu objeto e argumentam em torno dele.

## 2.2 A GRAMÁTICA SECUNDÁRIA: UM CONHECIMENTO NORMATIVO DA LÍNGUA NACIONAL

Tomemos a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali, publicada em 1924. No seu “Prólogo”, logo de início, encontramos a formulação do seu objeto:

(1) “Tem o presente compêndio por objeto expor as doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário.” (Prólogo, p. 14)

Ao caracterizar a gramática como compêndio<sup>1</sup> e ao definir o objeto como “expor doutrinas e regras”, o autor se coloca no lugar da gramática normativa (do conhecimento normativo sobre a língua), e estabelece diretamente como objeto o ensino de uma certa língua. Tendo apresentado seu objeto no primeiro pa-

---

<sup>1</sup> *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* é reescriturado por substituição por “o presente compêndio”.

rágrafo do “Prólogo”, logo a seguir, e isto é decisivo, no início da gramática, vai nos apresentar o que considera os diversos tipos de gramática, entre as quais se encontra a *gramática descritiva prática*, que é como ele caracteriza sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Ele nos diz:

(2) *A Gramática de uma língua pode ser histórica ou descritiva.*

*Gramática Histórica é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até a época presente.*

*Gramática Descritiva é a que expõe os fatos da língua atual.*

*A Gramática descritiva é Prática quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever corretamente; é Científica quando procura esclarecer vários fatos à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.* (ALI, 1924, p. 15)

Essa tipologia é apresentada diretamente, através de procedimentos de re-escrituração por expansão, produzindo a definição de cada um dos tipos apresentados. Assim, Said Ali não apresenta razões para sustentar o que sustenta, ele sustenta a divisão por definições que acabam por opor gramática histórica e gramática descritiva, e, no interior da gramática descritiva, opõe gramática prática e gramática científica. E os elementos destas definições operam com uma divisão do tempo da língua, um tempo passado (da origem aos dias atuais – da gramática histórica) e um tempo presente (atual – da gramática descritiva). Esse procedimento faz significar um passado de sentidos da história da gramática. Essa história, mesmo que não dita, funciona como sustentação das distinções apresentadas e projeta um futuro no qual se deve formular e desenvolver a gramática científica.

Interessante observar que, desse modo, Said Ali enuncia na história da gramática no Brasil (tal como já disse GUIMARÃES, 2004) a distinção entre gramática descritiva prática e gramática descritiva científica, diferentemente dos gramáticos brasileiros anteriores, que até apresentavam uma definição de gramática descritiva científica, mas acabavam por realizar uma gramática prática, nos termos de Said Ali. Retomemos um pequeno percurso desse passado de enunciações significadas na enunciação de Said Ali:

Retorno ao momento em que se pôs em curso a gramatização brasileira do português, na segunda metade do século XIX<sup>2</sup>. Esse processo de gramatização se faz, entre outros aspectos, argumentando a favor de um rompimento com a tradição gramatical portuguesa, notadamente Jerônimo Soares Barbosa. Se tomamos sua definição de gramática na *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (BARBOSA, 1822) encontramos: “Grammatica é a arte de fallar e escrever

<sup>2</sup> Para uma análise mais ampla destas questões, ver Orlandi e Guimarães (1998).

correctamente a própria língua” (p. 1). A gramática se define como arte e se põe diretamente na filiação normativa.

Se tomamos como exemplo a definição de dois gramáticos brasileiros daquele momento do século XIX, encontramos:

- a) em Júlio Ribeiro (1881): “Grammatica é a exposição metódica dos fatos da língua” (p. 1);
- b) em Pacheco Silva Júnior e Lameira de Andrade (1887): “Gramática geral é o estudo, em toda sua extensão, dos factos e das leis da linguagem escripta e falada.

É o conjunto dos processos comuns a muitas línguas comparadas” (p. 65)

Em seguida os autores definem gramática histórica, comparativa e histórico-comparativa, para finalizar com a definição de gramática descritiva ou expositiva: “é a codificação empyrica, a exposição analytica dos factos da linguagem.

Não investiga as *causas* nem explica as *leis*, seu fim é apenas classificar, definir e exemplificar os materiais linguísticos” (p. 66)

Tanto na definição de Júlio Ribeiro como na de Pacheco e Lameira, encontramos uma posição que procura definir a gramática (descritiva, expositiva) de uma língua como não normativa, como a exposição de fatos, sua classificação, etc. Ou seja, encontramos aqui, pela via de uma filiação à linguística histórica do século XIX, a busca de uma concepção de gramática não normativa. Ambos se colocam na posição de que a gramática é uma descrição, uma exposição de fatos da língua, e não um conjunto de regras de bem falar e escrever. Mas se não formulam o lugar para uma gramática normativa, é uma gramática normativa que realizam. Suas gramáticas, e tantas outras, se caracterizam, entre outras coisas, por apresentar regras de formação de plural, de feminino; por apresentar paradigmas verbais; e por apresentarem uma seção sobre, por exemplo, vícios de linguagem. Ou seja, são gramáticas que se caracterizam como apresentando um padrão de linguagem a ser seguido.

Nessa história de enunciações, a distinção de Said Ali, ao assumir o lugar para os dois tipos de gramática e não simplesmente substituir na definição um tipo por outro, produz efetivamente um novo lugar no domínio da gramática no Brasil<sup>3</sup>. Assim, é ao admitir explicitamente um lugar para uma gramática prática (normativa) que Said Ali instala e projeta o lugar da gramática “descritiva científica” na história da gramática no Brasil<sup>4</sup>. Além das definições para cada tipo

<sup>3</sup> Sobre a história da gramática e os estudos do português no Brasil, ver Orlandi e Guimarães (1998) e Guimarães (1994).

<sup>4</sup> Não se pode deixar de ver, em definições como a de João Ribeiro (“Gramática descritiva, ou prática, é a arte que ensina a falar e escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas cultas”), uma pré-formulação, que distinguiria uma gramática prática de outra científica, e que se insinua pelo “ou prática”.

de gramática, ressalta que a enunciação de sua tipologia submete a gramática descritiva científica à ciência da linguagem e à gramática histórica, deixando a gramática descritiva prática fora desta vinculação<sup>5</sup>.

O ponto de articulação dessa separação teórica entre os dois tipos de gramática descritiva está em que o corte que estabelece o objeto da gramática histórica em oposição ao da descritiva distingue todos os períodos passados de uma língua, de um lado, e a época em que o linguista está e realiza o seu trabalho, de outro.

Se os gramáticos anteriores substituem uma definição de gramática, mas continuam realizando uma gramática normativa, Said Ali define uma gramática científica como distinta da normativa, para deixar claro que realiza uma gramática normativa, mas que o conhecimento não se reduz a isso. Essa operação de Said Ali está diretamente ligada ao fato de que ele toma como objeto de seu trabalho a língua nacional, enquanto a língua do tempo atual do gramático, ou seja, do tempo em que se sobrepõe o falante e o gramático. Não se pode estabelecer normas de bom uso de uma língua passada. Só se pode estabelecer normas para o uso de uma língua contemporânea das normas, ou elas não são normas. As normas tomam um tempo presente como permanente. Trata-se de um presente para sempre: a língua enquanto língua nacional é significada num presente permanente. Mas se Said Ali coloca o lugar de um conhecimento normativo, sustenta também o lugar do conhecimento científico, tanto pela gramática histórica quanto pela gramática descritiva científica. E isso pode facilmente ser visto, não por uma gramática descritiva científica, que ele não fez, mas por seus estudos sobre o português do Brasil, através de trabalhos como o conhecido e decisivo artigo sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos.

## 2.3 A VARIAÇÃO COMO QUESTÃO LINGUÍSTICA NA RELAÇÃO COM A LÍNGUA NACIONAL

No capítulo inicial da obra *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953), “O Dialeto Brasileiro”, cujo nome é alterado na segunda edição para “O Falar Brasileiro”, encontramos nas p. 2-3:

(3) “... o que não se pode contestar é a existência de variação entre a língua do Brasil e a de sua antiga metrópole e é isso principalmente o que nos interessa e o que nos cumpre estudar”.

---

<sup>5</sup> Sobre a normatividade nos estudos da linguagem, tanto em geral quanto relativamente ao comparativismo, ver Auroux (1998), notadamente a parte “La Linguistique est une science normative” (p. 221-289).

Ou seja, Nascentes vai tomar como objeto de interesse a variação entre o a língua do Brasil e a de Portugal. E a colocação desse objeto caracteriza a língua de Portugal como a da “antiga Metrópole”. Ou seja, do meu ponto de vista, a relação da língua do Brasil e de Portugal é posta como uma relação política, entre duas línguas nacionais. Nessa medida, *O linguajar carioca* faz significar no seu acontecimento a posição que busca estabelecer a diferença entre a língua do Brasil e de Portugal. Dessa maneira, (enquanto no espaço da Língua Nacional) faz significar também enunciações que puseram em curso a gramatização brasileira do português. Mas faz significar de modo específico a questão da língua no seu espaço, como os estudos dos brasileirismos e regionalismos, por exemplo. A língua fica projetada em direção a um futuro.

A citação (3) é encontrada depois de um pequeno percurso nesse capítulo inicial, no qual Nascentes vai nos falar do fato de que “as línguas tendem a alterar-se”. É então interessante, dado nosso modo de abordar os textos, acompanhar como ele enuncia isso. Tomemos uma sequência do início do referido capítulo, portanto anterior à formulação do objeto de seu interesse há pouco apresentado.

(4) [(a)] Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela [a língua portuguesa do Brasil] de alterar-se graças às causas que apontamos acima: [(b)] mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional (p. 1).

A sequência se inicia por uma hipótese, movimentando uma articulação concessiva e uma articulação diretiva (articulando orientações argumentativas). Tomemos o primeiro enunciado da sequência:

(4a) “Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se graças às causas que apontamos acima”

Estamos diante de uma articulação por ligação, tal como consideramos em Guimarães (1987). E que assim envolve uma relação de dependência entre as sentenças ligadas, e podem, portanto, ser tomadas, como são aqui, como uma unidade.

(4’)(a1)A língua portuguesa do Brasil não deixaria de alterar-se graças às causas que apontamos acima;

(a2)Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros

Observando mais de perto, podemos considerar que em (4’) encontramos uma articulação argumentativa diretiva do tipo

(4') As causas que apontamos acima PORTANTO<sup>6</sup> A língua portuguesa do Brasil não deixaria de alterar-se, mesmo se fosse falada apenas por portugueses...puros.

O que autoriza a considerar:

(4'') As causas que apontamos acima PORTANTO A língua portuguesa do Brasil não deixaria de alterar-se mesmo se fosse falada apenas por portugueses...puros.

*PORTANTO a língua alterou-se.*

De outra parte, o argumento em (4') traz uma reescrituração crucial: “*as causas que apontamos acima*”, reescritura por condensação (totalização), “as causas” anteriormente apresentadas. O argumento em (4') aparece condensado e é necessário considerar o que faz essa condensação. Essa expressão totaliza o que vem antes:

(5) “*É fato por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão, as línguas tendem a alterar-se.*”

*“Maiores alterações sofrem ainda, quando são transplantadas de uma região para outra. Assim o latim se transformou nas atuais línguas românicas e estas, por sua vez, nas colônias muito vieram a diferir do falar das metrópoles: haja-se em vista o francês do Canadá e o espanhol da América. Outro tanto aconteceu ao português implantado em nosso país.”*

Tal sequência, podemos parafrasear como segue:

- a) A lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão provoca mudança
- b) A transplantação de uma língua de uma região para outra provoca mudança

Voltando à articulação argumentativa diretiva acima indicada temos:

(4''') A lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão provoca mudança [A] e a transplantação de uma língua de uma região para outra provoca mudança[B]

PORTANTO A língua portuguesa do Brasil não deixaria de alterar-se mesmo se fosse falada apenas por portugueses...puros.

PORTANTO a língua alterou-se.

Um outro aspecto a considerar é que o Locutor apresenta o argumento B como mais forte que o argumento A. Isso vem marcado por *Maiores*, em

(5a) “**Maiores** alterações sofrem ainda, quando são transplantadas de uma região para outra

<sup>6</sup> O “PORTANTO” aqui não é a palavra de uma língua, é a indicação da relação diretiva da orientação argumentativa na prática de análise.

Descrever a quantidade de alterações acaba por significar que se sustenta mais a mudança pelo argumento da transplantação da língua no espaço.

Temos, ainda, que considerar a parte b de (4), introduzida por um *mas*, que faz uma articulação argumentativa muito particular. Que oposição está movimentada por essa articulação concessiva? A questão inicial é considerar sobre o que incide a articulação de concessão desse *mas*. Podemos considerar, para (4), a seguinte paráfrase:

(6) Já que A e B então Podemos considerar que a língua mudaria de qualquer maneira **Mas**, o principal não é isso, a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional.

Ou seja, o *mas* está operando a sobreposição de um argumento decisivo na história, relativamente à enunciação dos outros argumentos anteriores. É uma argumentação que se contrapõe a outras por serem menos importantes, menos decisivas.

Podemos sustentar para (4), considerada a paráfrase (6), a seguinte relação de orientação argumentativa sustentada pelo Locutor:

(7) A língua teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estruturas inteiramente diversas do tipo flexional, **PORTANTO** a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações.

Considerando (7) e (4<sup>'''</sup>) podemos dizer que estamos diante de uma orientação argumentativa que se constrói no texto ao modo de uma argumentatividade própria de enunciados articulados por *não só... mas também*<sup>7</sup>. Por outro lado, o falante é agenciado em locutor-cientista a partir de dois lugares de dizer (dois enunciadore). Temos, então:

(8) *locutor-cientista:*

*E1- coletivo*

*A lei do menor*

*esforço...*

*provoca mudança*

-----|-----+-----) *a língua portuguesa mudou*

*A transplantação*

<sup>7</sup> Sobre isso, ver Guimarães (1987).

de uma língua...

*provoca mudança*

E2- individual - Sim, mas mais que isso C

(C1- a língua portuguesa no Brasil teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional PORTANTO C2- a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações).

-----+-----) a língua portuguesa mudou

E2, enquanto enunciador individual, é a voz que assume a argumentação decisiva do locutor-cientista. E1, de sua parte, pode ser considerado um enunciador coletivo que enuncia um conhecimento já sabido, já estabelecido, com o qual o cientista concorda, mas não considera o principal. A especificidade do argumento decisivo para a mudança, dito do lugar individual, é: a relação de línguas com estruturas diferentes faladas por falantes destas línguas.

Antenor Nascentes coloca a variação do Português “da antiga metrópole” e do Brasil como o centro de sua questão e argumenta sobre a inevitabilidade da mudança por razões como “o menor esforço e clareza” e “a transplantação da língua”. Mas, do seu lugar específico de cientista, toma como argumento decisivo a “relação de línguas com estruturas diferentes faladas por falantes destas línguas”. Ele põe, assim, no centro da questão, a relação entre línguas e seus falantes como decisiva para a inevitável mudança. E isso traz, nos termos dele, os aspectos etnológicos envolvidos na variação.

## 2.4 OUTRO MOVIMENTO SOBRE A VARIAÇÃO

O *dialeto caipira* (AMARAL, 1920), depois de um conjunto de considerações na sua “Introdução”, chega ao ponto em que formula seu objetivo:

(9) “O que pretendemos neste desprezioso trabalho (de que pedimos escusa aos componentes) é – *caracterizar esse dialeto ‘caipira’*, ou, se acham melhor, *esse aspecto da dialeção portuguesa em S. Paulo*. Não levaremos, por isso, em conta todos os *pauletismos* que se nos têm deparado, mas *apenas aqueles que se filiam nessa velha corrente popular.*”

Trata-se, portanto, de dedicar-se à caracterização de uma variante, de uma diferença no interior do português do Brasil (dialeto caipira é um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo). E essa variante, esse dialeto vem caracterizado antes no texto: “esse dialeto ‘caipira’” é uma reescrituração por condensação (totalização) das características que uma narrativa apresentou antes. Fazemos então o retorno sobre aquilo que essa expressão reescritura com parte do objeto do trabalho. Isso nos remete diretamente ao primeiro parágrafo da introdução:

(10) Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar *caipira* – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência.

A “Introdução” faz uma narrativa que apresenta o dialeto caipira (reescrituração de *falar caipira* que consta da sequência acima) como fato já do passado. Ela começa dizendo: “tivemos até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás...”. E quanto a essa narrativa, o texto toma uma posição: considera-se que esse dialeto (ou falar) vai desaparecer. E aí torna-se importante analisar essa hipótese, o modo de sustentação da hipótese. E isso aparece configurado num enunciado cuja argumentatividade sustenta a impossibilidade da permanência do dialeto caipira:

(11) “Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social.”

E “sofrer” aqui condensa uma predicação construída antes: “sofrendo uma série de abalos que partiram os fios à continuidade de sua evolução”.

Esse enunciado (11) sustenta a seguinte argumentação:

(11’) tão grandes alterações do meio social PORTANTO era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer PORTANTO o dialeto sofreu (“abalos que partiram os fios da continuidade”).

E essa argumentação traz também uma reescrituração por condensação (totalização) decisiva. “Grandes alterações do meio social” totaliza o quê? Totaliza a enumeração dessas mudanças que constitui todo o parágrafo cujo enunciado final é o que está em (11). Tomemos o parágrafo todo, no qual o que vai entre colchetes é a enumeração reescriturada por totalização por “Grandes alterações do meio social”.

(12) Ao tempo em que o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o *caipirismo* não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana. [De algumas décadas para cá tudo entrou a transformar-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal. Os genuínos *caipiras*, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas. A população cresceu e mesclou-se de novos elementos. Construíram-se vias de comunicação por toda a parte, intensificou-se o comércio, os pequenos centros

populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda a espécie, e a província entrou por sua vez em contato permanente com a civilização exterior. A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento.] Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social.

Temos então a seguinte enumeração:

- 1) A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal.
- 2) Os genuínos *caipiras*, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas.
- 3) A população cresceu e mesclou-se de novos elementos.
- 4) Construíram-se vias de comunicação por toda a parte,
- 5) intensificou-se o comércio,
- 6) os pequenos centros populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda a espécie,
- 7) e a província entrou por sua vez em contato permanente com a civilização exterior. A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento.

Essa enumeração traz o fim da escravidão; a ignorância dos caipiras genuínos levados à margem da sociedade; o crescimento da população pela entrada de novos elementos; a comunicação com outras regiões; o aumento do comércio; a ligação dos lugares isolados com outras regiões e por fim o contato da região com a civilização exterior, o que traz o crescimento da instrução. Assim, vê-se que a enumeração condensada por “tão grandes alterações do meio social” é constituída por um conjunto importante de mudanças e vai trazendo razões que culminam no argumento do contato com a civilização e a instrução.

Ou seja, são os elementos de 1 a 7 que são os argumentos para a impossibilidade de o dialeto não ter “os fios de sua continuidade” garantidos, não deixar de ser levado ao desaparecimento. E o argumento decisivo é o da civilização e instrução. O que caracteriza o dialeto caipira e seus falantes como não civilização, não instruídos, ou nos termos do próprio Amadeu Amaral, como coisa de “os roceiros ignorantes e atrasados”.

Não vou tratar de modo detalhado da designação de “caipira” ou “dialeto caipira” (“falar caipira”), basta para nosso caso o que já se pode ver pelo que foi exposto anteriormente: a) Dialeto/falar caipira é um aspecto da dialeção portuguesa, em São Paulo; b) Dialeto/falar caipira é dialeto de falantes não instruídos, não “civilizados”; e c) Dialeto/falar caipira está em declínio (vai desaparecer).

A posição que traz este texto, de um lado, põe-se numa história que reconhece a questão do espaço como decisiva e esse espaço é tomado como caracterizado socialmente, por predicados como civilização, instrução, comunicação, progresso etc. E toma isso no espaço brasileiro. Projeta assim um futuro de descrições sobre este espaço.

## 2.5 CONCLUSÃO

A consideração da conjuntura que configuramos por essas análises pode ser feita em percursos diferentes, que podem levar a outras conjunturas, passadas ou futuras. O que permite observar como o embate de uma conjuntura vem de certas conjunturas e se desdobra em outras. Nesse caso, vemos como nessa conjuntura está significada a tensão entre unidade e diversidade, que Orlandi (1993, 2002) considera na questão da língua nacional. De um lado, a posição de Said Ali (a língua normatizada); de outro, as de Nascentes e Amaral. Nessa conjuntura, assume, então, uma configuração específica, a tomada de posição sobre o português como língua nacional do Brasil, porque há “alterações” que distinguem a língua do Brasil da língua de Portugal. Isso acaba por projetar no debate da conjuntura a posição do comparatismo do século XIX, desenvolvido no cenário europeu das línguas indo-europeias. No entanto, também acaba por levar em conta o novo espaço da língua, mudando significativamente a questão. A posição de Antenor Nascentes, considerando a transplantação como argumento decisivo para a mudança, significa isso de modo decisivo.

Por outro lado, se pensamos o que essa conjuntura projeta como percursos futuros, podemos dizer que se trata de ter posto em cena um embate que, na verdade, permanece e vai alcançar as condições da instalação da linguística moderna no Brasil, com o estruturalismo, sem deixar de operar a questão da diversidade, da especificidade brasileira. É interessante que isso vai, inclusive, afetar as posições de linguistas estruturalistas na década de 1960, como Eunice Pontes, que vai produzir um estudo estrutural do português coloquial, fazendo operar a questão da diversidade social e não geográfica. E essa posição vai conviver com os estudos dialetológicos que se fazem na mesma época.

As oposições consideradas naquele momento dos anos 1920 são históricas. De um lado, apresenta-se um debate no campo do conhecimento sobre a língua nacional e oficial do Brasil. Trata-se de um embate sobre qual é a língua dos falantes da língua portuguesa do Brasil. Em relação a esse embate, configurado na conjuntura que analisei, são memoráveis as discussões do século XIX sobre a especificidade do português, que poderia caracterizá-lo como língua nacional do Brasil. Nesse conceito está implícita, entre outros aspectos, a afirmação de que as diferenças brasileiras são erro, desvio. O embate dessa conjuntura afirma também a língua nacional do Brasil (língua portuguesa do Brasil) como uma língua diferente.

Por outro lado, esse debate dá proeminência particular às condições históricas, sociais, culturais que fazem parte da constituição das línguas. E, por esse aspecto, considera-se que o fato de os falantes de uma língua falarem outra língua leva a mudanças. Já está posto que a mudança não é só interna à língua e já coloca em pauta, nos termos que formulo a questão, o litígio político do funcionamento das línguas.

Não se trata, portanto, de considerar as questões postas no registro do verdadeiro e do falso. O que interessa do dizer dos três autores mencionados não é que sejam verdade ou não. É o que significam no embate teórico da conjuntura. Não há uma exclusão de uma posição por outra, *elas estão em debate naquela conjuntura e ainda hoje*. E permanecerão em debate. O interessante é refletir como historicamente esse debate se configura em cada condição. E o enfrentamento das questões relativas ao que se costuma chamar de políticas linguísticas precisaria se fazer levando isso em conta.

Tomar essa posição é afastar-se de um embate marcado pelo apagamento da história da política das línguas, que acaba por se dar tomado por dilemas, como o representado pela questão de se é certo ensinar “gramática” *versus* se não é certo. Ou se é certo cada um utilizar sua diversidade linguística generalizadamente *versus* se não é certo ou não é conveniente. Esses são dilemas que giram no espaço da disjunção da verdade – a falsidade. E isso afeta negativamente o modo de pensar a língua como prática histórica e, assim, enviesa todas as questões sobre as línguas, inclusive as questões do ensino.

Voltando à conjuntura analisada, se olhamos para essas análises considerando o conceito de espaço de enunciação, podemos dizer que as posições dos linguistas significam o espaço de enunciação irrefletidamente. O conhecimento que produzem acaba por operar sobre a língua no seu espaço de enunciação. Ou seja, a posição do linguista representa uma política de línguas<sup>8</sup> e assim opera sobre essa política, mesmo que sem refletir diretamente sobre isso. Essa é uma questão que está posta desde o início do processo de gramatização brasileira do português, e mesmo antes (Pena Branca, Coruja). O estudo dessa conjuntura mostra isso.

Se projetamos a questão para hoje, vemos que a configuração da conjuntura seria um tanto diversa, mas traz também um embate, de outro modo, entre diversidade e unidade. Esse embate toma outras formas. A compreensão dos sentidos produzidos na conjuntura analisada, que significam que ela se movimenta fora do embate do verdadeiro e do falso, ajuda a não dogmatizar posições do presente e tornar a discussão mais proveitosa e menos dogmática.

---

8 Questão que trato pelo conceito de espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002).

## REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.
- AUROUX, S. *La Raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1822.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira. In: *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- NASCENTES, A. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro, Sussekind de Mendonça & Comp, 1922. *O Linguajar Carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- ORLANDI, E. P. A Língua Brasileira. *Boletim da Abralín*, Rio de Janeiro, n. 14, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Língua e Conhecimento Linguístico*. São Paulo: Cortez: Editora da Unicamp, 2002.
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. La Formation d’un espace de production linguistique: La grammaire au Brésil. *Langages*, Paris, n. 130, 1998.
- RIBEIRO, JÚLIO. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.
- SILVA, P.; ANDRADE, L. *Grammatica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1907.